



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680304 - AL (2021/0220064-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : MARY ANY VIEIRA ALVES
ADVOGADO : MARY ANY VIEIRA ALVES - AL004418
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS
PACIENTE : PAULO GIOVANE MIGUEL DOS ANJOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PAULO GIOVANE MIGUEL DOS ANJOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0804049-88.2021.8.02.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, do crime de homicídio.

A impetrante sustenta a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa, aduzindo que não mais se fazem presentes os requisitos que autorizam a manutenção da segregação cautelar, que já ultrapassa o período de 3 anos.

Afirma que o paciente é primário, ostenta bons antecedentes, tem residência fixa e ocupação lícita.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão imposta ao paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou

mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade' (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)" (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente